

Fetrab busca reintegração dos demitidos da PM e dos Presídios

A Fetrab se reuniu por duas vezes com o Comandante da Polícia Militar, Coronel Jorge Santana, para discutir questões específicas dos Policiais e para tratar, especialmente, da reintegração dos demitidos na greve de 2001. Na Secretaria de Justiça já existe entendimento para readmitir os agentes penitenciários dispensados politicamente durante a década de 90. A pressão agora é para que isso ocorra imediatamente.

Resolver estes problemas e promover a reintegração dos demitidos representará atendimento da pauta da Fetrab e sinal de mudança na condução política do Estado.

A entidade busca o entendimento para encontrar as condições que permitam a reintegração de todos os demitidos na PM, conforme decisão política do Governador Wagner. Oito companheiros já foram readmitidos por força de decisão judicial. Outros sete gozarão do direito imediatamente porque já têm sentenças favoráveis. E outros 11 policiais esperam a definição dessa situação.



Reunião com o Comandante da PM tenta abrir conversações em prol da reintegração dos demitidos da greve de 2001

Uma nova reunião está marcada para a primeira semana de agosto, entre a Fetrab, o Comando da PM e a Serin (Secretaria de Relações Institucionais). Esperamos que tenhamos encaminhamento nesse encontro.

Educação mantém mobilização



Em uma grandiosa assembléia, com mais de 3 mil pessoas, os trabalhadores em educação resolveram suspender a paralisação de quase dois meses. A Educação foi o único segmento do funcionalismo que não assinou o acordo salarial, em maio. O governo endureceu, de forma imatura, contribuindo para radicalizar mais ainda o movimento.

A Educação foi uma das categorias que teve prejuízo na sua tabela de vencimentos, em especial porque diminuiu a distância existentes entre os interstícios do PCS. Com isso, foi prejudicado quem tem maior formação e qualificação profissional, que é o pessoal dos ní-



A Fetrab esteve presente nas mobilizações dos professores cobrando do governo correção da tabela do PCS

veis 3 e 4. A mobilização garantirá a correção dessa situação, agora, na Mesa Setorial.

A APLB-Sindicato está participando do Grupo de Trabalho que reformulará o Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira dos Trabalhadores em Educação. A meta deve ser firmar os interstícios em lei, levando em consideração a qualificação profissional e o desempenho funcional.

Este novo plano deve incorporar o conjunto da categoria, professores, coordenadores pedagógicos e não docentes.

Reajuste do Judiciário é votado

O Sinpojud acompanhou no dia 4 de julho a votação, na Assembléia Legislativa, a votação do aumento salarial de 4,5% aos servidores do Judiciário. A aprovação do aumento dos servidores e serventuários do Judiciário aconteceu em meio as discussões para aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado (LDO) e a pressão do Sinpojud foi fun-

damental para o não adiamento dos interesses dos funcionários do Judiciário. Após a votação, os deputados estaduais entraram em recesso e só retomam suas atividades em agosto.

A proposta aprovada prevê o pagamento de 3,3% agora em julho e mais 1,16% em novembro. Os valores retroativos a maio e junho serão pagos em setembro.

Sindpoc busca unidade dos vários segmentos na Mesa da Segurança

Um dos grandes desafios perseguidos pelo Sindpoc é garantir a unidade de todos os segmentos que fazem parte da Mesa da Segurança Pública. São muitas organizações e interesses, mas as entidades dos policiais civis acreditam que é possível unificar todo mundo em torno de pontos comuns.

Segundo o Sindpoc, a convocação de uma paralisação por parte dos delegados, neste momento, não ajuda a avançar as negociações. Mas respeitou o posicionamento, alertando que é preciso que as formas de luta sejam conseqüentes para arrancar o mais rapidamente possível um



Sindpoc defende unidade na Polícia para alcançar os pleitos

acordo na Mesa. O Sindpoc reivindica que o governo resolva urgentemente três questões, que é o tiquete-refeição, as promoções e o avanço de todos os policiais para a GAP 5. Do ponto de vista estruturante, o Sindicato quer a discussão da Lei Orgânica da Polícia Civil.

Sindsefaz espera fim do impasse para acelerar Mesa Setorial

A Mesa Setorial da Secretaria da Fazenda foi instalada em 5 de junho. Infelizmente, a segunda e terceira reuniões não aconteceram, pois a insistência do Instituto dos Auditores Fiscais de participar de qualquer jeito dos encontros inviabilizou sua realização.

Vale ressaltar que o comportamento do Instituto não foi correto após pedir a intermediação da Fetrab e desrespeitar o acordo firmado na plenária da entidade entre as partes. Pelo entendimento, o Sindsefaz realizaria assembléia e colocaria em debate a participação do IAF na Mesa, enviando a decisão para a legitimação da categoria. Para a Fetrab, está bem claro, o Sindsefaz, entidade filiada à Federação, é que tem legitimidade para representar os fazendários nas negociações.

A Fetrab realizou plenária e aprovou

nova redação ao regimento das mesas setoriais, no que diz respeito à representação dos trabalhadores, estabelecendo claramente que só os sindicatos têm legitimidade para tal, salvo a especialidade da Segurança Pública. A entidade deixa claro, entretanto, que não aceitará intervenção nem da justiça nem do governo na definição da representação da categoria.

O Sindsefaz tem seis reivindicações prioritárias: 1) Retorno imediato do valor do ponto da GF para 3%; 2) Pagamento dos 15% da CET dos aposentados, em respeito à determinação judicial; 3) Incorporação do PDF; 4) Sub-teto de remuneração do funcionalismo correspondente ao previsto na Constituição Estadual; 5) Novo Plano de Carreira para o Fisco; e 6) Elaboração de uma carreira para os técnicos administrativos.



Sindsefaz espera fim do impasse na Mesa Setorial e aposta na força da categoria

Saúde quer revisão do PCS

Ao tempo em que se comemora o início do processo de resgate dos hospitais públicos, que se encontravam em mãos das famigeradas "organizações sociais", o Sindaúde estimula mobilização da categoria no acompanhamento das negociações na Mesa Setorial.



Servidores da Saúde estão mobilizados

Os servidores da Saúde foram dos primeiros a aprovar, em assembléia, o acordo coletivo da mesa de negociação, que recuperou o salário mínimo como vencimento básico. A pauta específica da categoria tem como prioridade a revisão do plano de carreira, fim da divisão entre servidores do grupo saúde e do grupo administrativo e correção da distorção das gratificações.

O Sindaúde aprovou em plenária da FETRAB a pauta emergencial a ser discutida na Mesa Central, além de incorporar em sua pauta, como decisão política, a reintegração dos trabalhadores (agentes penitenciários e Policiais Militares) demitidos nos governos passados, por motivação político-sindical.

Sinspeb dá show de organização

O Sinspeb é uma das entidades que mais se organizaram para encarar o processo negocial na Mesa Setorial. A categoria apresentou a pauta e justificou cada item, tendo como ponto principal a readmissão dos demitidos da década de

90. Vale destacar que este pleito já conta com decisão favorável da Procuradoria.

Outra questão importante da pauta do Sinspeb é o fim do REDA como princípio de contratação para os presídios e a convocação imediata de concurso público.